

## REPRESENTAÇÕES SOBRE PROSTITUIÇÃO E SEXUALIDADE FEMININA NO JORNAL “NÓS MULHERES” (1976-1978)

Giovana Baraviera da Silva <sup>1</sup>

*O seu corpo é dos  
errantes Dos cegos, dos  
retirantes  
É de quem não tem mais  
nada (Chico Buarque,  
1979)*

### RESUMO

O presente artigo pauta-se na análise do Jornal “Nós Mulheres”, publicado em São Paulo nos anos de 1976 a 1978, com o objetivo de refletir acerca das representações da prostituição e da sexualidade feminina veiculadas na imprensa alternativa. A discussão se constrói acerca dos significados de prostituição e sexualidade abordados no Jornal. O periódico serviu como espaço de produção e difusão de ideias feministas em um contexto de forte repressão política e contribuiu para a politização de leitoras e para o fortalecimento do movimento de mulheres no Brasil. A metodologia usada é de carácter qualitativa, desenvolvida por meio da análise da fonte primária, o Jornal “Nós Mulheres”, e dialoga com referenciais teóricos como artigos, livros, dissertações e teses sobre a história da sexualidade feminina no Brasil. O intuito é o de compreender de que maneira o jornal desafiou normas sociais e políticas vigentes e contribuiu para a politização do debate sobre o corpo e os direitos das mulheres.

**Palavras-chave:** Jornal “Nós Mulheres”; Feminismo; Sexualidade; Prostituição; Imprensa Alternativa.

### ABSTRACT

This article is based on an analysis of the newspaper “Nós Mulheres”, published in São Paulo between 1976 and 1978, with the aim of reflecting on the representations of prostitution and female sexuality conveyed in the alternative press. The discussion is built around the meanings of prostitution and sexuality addressed in the newspaper. The periodical served as a space for the production and dissemination of feminist ideas in a context of strong political repression and contributed to the politicization of its readers and to the strengthening of the women’s movement in Brazil. The methodology used is qualitative in nature, developed through the analysis of the primary source, the “Nós Mulheres” newspaper, and dialogues with theoretical references such as articles, books, dissertations, and theses on the history of female sexuality in Brazil. The

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pelo Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO). Artigo realizado para as disciplinas de Metodologia da Pesquisa em História e História Contemporânea, sob a orientação dos Profs. Drs Lourdes M. G. C. Feitosa e Roger M. M. Gomes

purpose is to understand how the newspaper challenged prevailing social and political norms and contributed to the politicization of the debate on women's bodies and rights.

**Keywords:** Newspaper "Nós Mulheres"; Feminism; Sexuality; Prostitution; Alternative press.

## INTRODUÇÃO

Este presente artigo tem por objetivo analisar as representações da prostituição e da sexualidade feminina veiculadas no Jornal "Nós Mulheres", publicado em São Paulo entre os anos de 1976 e 1978. Caracterizado como imprensa alternativa feminista, o jornal configurou-se como um importante espaço de produção e difusão de ideias, especialmente em um contexto de forte repressão política. O jornal não apenas veiculava informações sobre as questões feministas, mas também contribuía para a politização de leitoras.

O problema que pauta a elaboração deste artigo reside na marginalização histórica dos debates sobre a sexualidade feminina e a prostituição pela mídia tradicional e nas normas sociais e políticas vigentes que regulavam e subordinavam o corpo e os direitos das mulheres no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985). A pesquisa se propõe a responder a seguinte questão: De que maneira o Jornal "Nós Mulheres", como veículo da imprensa alternativa feminista, articulou os debates sobre a sexualidade e a prostituição, desafiou os valores e as normas sociais e políticas vigentes da época através da resistência e contribuiu para a politização da questão do corpo e dos direitos das mulheres no contexto da repressão política entre 1976 e 1978?

O estudo sobre o Jornal "Nós Mulheres" permite evidenciar a importância da imprensa feminista na ampliação do debate sobre a sexualidade feminina e a prostituição, trazendo à tona discursos marginalizados pela mídia tradicional. Além disso, a pesquisa se insere em um campo historiográfico que busca resgatar e valorizar a atuação das mulheres na construção de uma sociedade mais igualitária e participativa, destacando a relevância da comunicação como ferramenta de emancipação e conscientização política.

A metodologia utilizada é de carácter qualitativo, desenvolvida por meio da análise da fonte primária Jornal "Nós Mulheres", em diálogo com artigos, livros, dissertações e teses que analisam o contexto social e político da época e as construções sobre gênero e sexualidade. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a imprensa alternativa articulou debates sobre a sexualidade e evidenciou as condições sociais e econômicas subjacentes à

prostituição e de que maneira o jornal desafiou normas sociais e políticas vigentes e contribuiu para a politização do debate sobre o corpo e os direitos das mulheres.

## O MOVIMENTO FEMINISTA E A IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA ALTERNATIVA

No início do século XX, as mulheres brasileiras começaram a se organizar em torno de demandas como o direito ao voto, alcançado em 1932. Durante o Estado Novo (1937-1945), muitas dessas iniciativas foram reprimidas, mas o pós-Segunda Guerra Mundial trouxe uma nova onda de organização feminina. O período entre 1945 e 1964 foi fértil em lutas e movimentos sociais, criando espaços favoráveis para projetos de desenvolvimento nacional que incluíam, ainda que de forma limitada, as reivindicações femininas (Gohn, 2000, p. 17).

Entretanto, foi na década de 1970 que o feminismo ganhou maior visibilidade e organização no Brasil, impulsionado pelo contexto da ditadura militar (1964-1985). O movimento feminista se articulou em torno de pautas como a inserção da mulher no mercado de trabalho, o direito ao planejamento familiar e a luta contra a violência doméstica. Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o Ano Internacional da Mulher, o que fortaleceu a discussão pública sobre as condições de vida das mulheres. “O feminismo denunciou a desigualdade, revelou-se contra as relações de gênero baseadas na dominação versus submissão e mostrou que ela não é natural, mas construída cultural e historicamente” (Del Priore, 2000, p. 16).

Durante esse período, surgiram importantes veículos de imprensa feminista, como o jornal “Nós Mulheres”, “Mulherio” e “Brasil Mulher”. A imprensa alternativa, conforme Freitas (2018, p. 23), possibilitou a vocalização de debates historicamente deslegitimados, dando espaço para pautas sobre liberdade, autonomia e direitos reprodutivos.

O feminismo, como assinala Heleieth Saffioti (1987), revelou-se como uma crítica radical às desigualdades de gênero, expondo que a subordinação feminina não é natural, mas resultado de construções culturais e históricas. Essa perspectiva se articula com a noção de que vivemos em uma sociedade patriarcal, ou seja, organizada sob a lógica da supremacia masculina em todas as esferas – familiar, jurídica, econômica e simbólica. Além disso, a estrutura machista da sociedade brasileira reforça estereótipos de inferioridade das mulheres, perpetuando a violência de gênero e a exclusão de suas vozes do espaço público (Saffioti, 1987, p. 63).

O jornal “Nós Mulheres” destaca-se por sua abordagem crítica da sexualidade feminina e da prostituição, temas historicamente marginalizados ou tratados com moralismo. Conforme observa Borges (2015), o periódico buscava problematizar as formas pelas quais a sexualidade

era regulada, sobretudo no que dizia respeito às mulheres pobres e às prostitutas. Ao contrário do “Brasil Mulher”, de caráter mais institucional e ligado a setores sindicais e partidos de esquerda, e do “Mulherio”, cuja linguagem era mais radical e voltada à crítica das estruturas patriarcais sem mediações, o “Nós Mulheres” se posicionava como um espaço de escuta e construção coletiva de saberes e vivências femininas. Enquanto “Brasil Mulher” priorizava a atuação nos espaços tradicionais da política (como sindicatos e partidos), “Mulherio” tinha como foco a crítica ao machismo também presente na esquerda organizada. “Nós Mulheres” procurava articular uma crítica de gênero que incluísse as próprias sujeitas afetadas pela opressão (Borges, 2015, p. 142-144).

Essa escuta ativa das experiências das mulheres, especialmente das prostitutas, revela-se como uma marca política do jornal ao dar espaço para que essas mulheres falassem sobre suas condições de vida e sobre como eram percebidas pelas feministas e pela sociedade.

Segundo Teles (2018), a trajetória do feminismo brasileiro está profundamente entrelaçada às transformações sociais e culturais do país. As mulheres, historicamente relegadas à função de esposas e mães, foram condicionadas a aceitar como natural a subordinação de seus desejos e projetos pessoais às necessidades da família e dos homens. Romper com esses estereótipos implicou um processo contínuo de resistência às normas e aos discursos impostos por uma sociedade machista e patriarcal. Para ela, a trajetória das mulheres brasileiras é marcada por um processo contínuo de resistência aos papéis tradicionalmente impostos, resistência essa que surge com a necessidade de romper com normas e estereótipos que foram impostos por uma sociedade machista e patriarcal.

Essas reflexões indicam que romper com o machismo e o patriarcado exige mais do que mudanças individuais, é preciso desestabilizar estruturas sociais, culturais e políticas que perpetuam as desigualdades. O feminismo, nesse sentido, atua como uma força histórica de denúncia e transformação, ao reivindicar novos sentidos para as experiências femininas e reescrever a história a partir de suas vozes e lutas. É nesse contexto que a imprensa alternativa constrói narrativas tão importantes para o movimento feminista.

O jornal alternativo, segundo Kucinski (1991), surgiu como uma resposta crítica à grande imprensa, especialmente durante o regime militar. Esses jornais eram “marginais no sentido político e não apenas no sentido econômico ou comercial” (Kucinski, 1991, p. 14). Eles se organizavam de modo independente, fora das estruturas das grandes empresas de

comunicação, e buscavam dar voz às lutas populares, à denúncia da repressão e à construção de novas formas de militância e informação. O autor destaca que esses veículos não tinham por finalidade o lucro, mas o engajamento político.

Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. (...) destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa. (...) Opunham-se, por princípio, ao discurso oficial (Kucinski, 2001, p.13).

Entre as características marcantes do jornal alternativo está o seu compromisso com a transformação social. Diferente da mídia tradicional, ele não tinha o discurso da neutralidade, mas assumia uma posição clara diante das injustiças sociais. Além disso, eram muitas vezes produzidos por coletivos de jornalistas, militantes e intelectuais, funcionando de modo horizontal, o que também refletia na escolha das pautas e na forma de abordagem dos temas.

A mídia tradicional estava fortemente atrelada aos interesses econômicos e políticos dominantes. Era vista como comprometida com o capital, com os interesses das elites e com o autoritarismo (Kucinski, 1991, p. 14). A grande imprensa era, portanto, vista como parte do aparelho ideológico do Estado, voltada à manutenção da ordem vigente e à desinformação sobre os movimentos populares. Em contraste com a imprensa alternativa, ela privilegiava uma visão elitista e excludente da sociedade.

A importância da imprensa alternativa feminista também se manifesta na sua capacidade de criar espaços de reflexão crítica, estimulando as mulheres a questionarem as estruturas sociais e a se organizarem coletivamente.

## **A ESTRUTURA DO JORNAL NÓS MULHERES**

O Jornal Nós Mulheres foi publicado pela Associação de Mulheres entre 1976 e 1978. A Associação das Mulheres Paulistas foi fundada durante a década de 1970, como uma organização autônoma de mulheres comprometidas com a luta pelos direitos femininos e com o

combate às opressões de gênero, classe e raça. Atuando de forma independente dos partidos políticos e sindicatos, a associação reunia mulheres de diferentes áreas – estudantes, intelectuais, trabalhadoras urbanas – e tinha como principal objetivo fortalecer a organização das mulheres na esfera pública, promover ações de conscientização, articulação de redes e mobilizações contra o autoritarismo do regime militar. A Associação das Mulheres (SP) era um espaço de articulação feminista que buscava dialogar com mulheres das periferias e do movimento popular, valorizando suas experiências cotidianas e formas de resistência” (Borges, 2015, p. 132)

Dentre suas iniciativas mais relevantes está a criação e a publicação do jornal “Nós Mulheres”, entre 1976 e 1978. A associação buscava uma militância de base, com foco nas experiências das mulheres da periferia urbana de São Paulo, abrindo espaço para vozes frequentemente invisibilizadas no debate público. Sua atuação política era marcada pela crítica ao patriarcado, à repressão sexual e à violência institucional contra as mulheres, articulando feminismo e resistência democrática.

O seu primeiro número foi financiado por Ruth Escobar, atriz e produtora cultural nascida em Portugal e naturalizada brasileira que se destacou por seu trabalho inovador no teatro e pela criação do Festival Internacional de Teatro em São Paulo, responsável por trazer ao Brasil importantes nomes da dramaturgia mundial, mesmo sob forte censura do regime.

Além de sua carreira artística, Ruth Escobar foi uma ativista engajada em causas sociais, especialmente ligadas à cultura, à democracia e aos direitos das mulheres. Durante os anos de chumbo, utilizou sua visibilidade pública para denunciar a repressão e apoiar movimentos de oposição ao regime. Foi filiada ao MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição durante a ditadura, e, posteriormente, envolveu-se com o Partido dos Trabalhadores (PT). Usou sua projeção pública como artista para confrontar a censura e denunciar a repressão, tornando-se uma referência tanto na cena teatral quanto na militância contra o autoritarismo (ECA-USP, 2017, *on-line*).

Em suas 8 edições, o Jornal se pôs a serviço da organização das mulheres, reivindicando direitos, questionando as relações de poder e introduzindo-as no movimento popular contra o regime. O primeiro editorial informa sobre os seus objetivos :

Desde que nascemos, Nós Mulheres, ouvimos em casa, na escola, no trabalho,

na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que Nós Mulheres não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa de homem. Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir essa função que diz ser natural da mulher: mãe e esposa. Nós Meninas devemos sempre andar limpinhas e brincar (de preferência dentro de casa) de boneca, de comidinha, de casinha. E os meninos podem andar sujos e brincar na rua porque são moleques e porque devem se preparar para tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia de casa. Além disso aprendemos que sexo é um pecado para Nós Mulheres, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com a nossa aparência física, que devemos ser dóceis, submissas e puras para podermos conseguir marido. Ao mesmo tempo, vemos todos aplaudirem as conquistas amorosas e as farras de nossos irmãos. E muitas vezes não entendemos por que eles podem ter uma liberdade que para nós é considerada pecaminosa. Quando vamos procurar um emprego, porque o salário do marido ou pai não dá pra viver, ou porque queremos sair um pouco da solidão das quatro paredes de uma casa, sempre encontramos mais dificuldades que o homem, porque somos mulheres. Dizem-nos que não seremos boas trabalhadoras porque trazemos para o serviço o cansaço do trabalho de casa e a preocupação com nossos filhos. (...) Achamos que Nós Mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres (Jornal Nós Mulheres, 1977, ed. 1, p.2).

Os primeiros números (de junho a dezembro de 1976) foram publicados com menor intervalo, cerca de dois meses cada. A partir de 1977, os lançamentos passaram a ter maior espaçamento, de três a seis meses, o que pode revelar a falta de dinheiro e dificuldades financeiras pelo coletivo. Em 1977, o ritmo de publicação desacelerou ainda mais. A dificuldade econômica foi evidenciada na publicação da edição de número 6, com o apelo por elas feito:

A gente estava mesmo sem dinheiro. Devendo e sem saber como fazer este número. Nisso, veio a idéia de dar uma festa, não só para comemorar um ano de jornal, o que já é um heroísmo, como também para nos tirar do «buraco». Nos preparamos durante um mês e no dia 23 de julho, uma festa estava montada na Fundação Getúlio Vargas. (...) O resultado foi que conseguimos liquidar nossas dívidas e ainda nos sobrou dinheiro para lançar este e o próximo número. Verdade que não resolvemos de vez nosso problema financeiro, mas a solidariedade nos fez avançar mais um pouquinho (Jornal Nós Mulheres, 1977, ed. 6, p.2).

Pedidos de contribuição através da assinatura eram feitos através de cheques nominais

de Cr\$30,00 até Cr\$100 (a assinatura dava o direito de 6 números do jornal). Eram feitos com o intuito de arrecadar valores para manter o jornal.

Organizado por mulheres, entre as responsáveis destacam-se Mariza Corrêa, jornalista e antropóloga brasileira, professora do Departamento de Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas por 30 anos. Fundou o Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu da Unicamp, em 1993. E Anamárcia Vainsencher militante feminista, colaboradora da imprensa alternativa.

O jornal direcionava-se a mulheres de diferentes classes sociais, com ênfase nas trabalhadoras e nas residentes das periferias urbanas. Buscava-se abordar temas pertinentes ao cotidiano dessas mulheres.

Cada edição variava em número de páginas; por exemplo, a primeira edição, lançada em junho de 1976, continha 20 páginas. A última edição contou com a publicação de 11 páginas no total.

Os exemplares do jornal “Nós Mulheres” eram vendidos, em média, por Cr\$ 5,00, com exceção da segunda edição, que custou Cr\$ 15,00. Em 1978, as últimas edições passaram a custar Cr\$ 7,00 e Cr\$ 8,00, evidenciando os impactos da inflação sobre os custos de produção e distribuição.

Figura 1 - Comparação entre o custo do jornal e o salário-mínimo:

<b>Ano</b>	<b>Salário-Mínimo (Cr\$)</b>	<b>Preço do Jornal</b>	<b>% do salário comprometido</b>
<b>1976</b>	Cr\$ 576,00	Cr\$ 5,00 (exceto ed. 2: Cr\$ 15,00)	~0,87% (ou 2,6% na ed. 2)

1977	Cr\$ 810,00	Cr\$ 5,00	~0,62%
1978	Cr\$ 1.200,00	Cr\$ 7,00 a Cr\$ 8,00	~0,58% a 0,67%

Fonte: IPEA. Salário-Mínimo – Valores nominais mensais (1940-2020). Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12976/1/evolucao\\_historica\\_salario\\_minimo.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12976/1/evolucao_historica_salario_minimo.pdf)

Ainda que no primeiro momento esses valores representem frações pequenas do salário-mínimo mensal, é importante considerar que muitas trabalhadoras recebiam menos que o mínimo legal, não tinham renda fixa ou enfrentavam condições de extrema precariedade econômica. Além disso, o salário-mínimo da época era considerado insuficiente para cobrir as necessidades básicas, como alimentação, moradia, transporte e saúde. Em um contexto de inflação e encarecimento do custo de vida, qualquer gasto não essencial exigia ponderação, especialmente para mulheres que, além de receberem menos que os homens, eram frequentemente responsáveis pelo sustento do lar (Teles, 2018).

Assim, o valor de venda do “Nós Mulheres” deve ser analisado não apenas do ponto de vista econômico, mas também como um marcador das tensões entre acesso popular à informação, sustentabilidade financeira e compromisso político com a democratização da palavra. O esforço de manter o jornal acessível, mesmo com recursos limitados, foi parte da luta feminista por visibilidade, autonomia e transformação social.

O jornal organizava seu conteúdo em seções variadas, refletindo o debate político e social que o movimento feminista promovia na década de 1970. As seções não seguiam um modelo fixo em todas as edições, mas algumas delas apareciam com frequência e serviam como espaços temáticos para diferentes tipos de reflexão, denúncia e construção coletiva.

Dentre as seções mais recorrentes e significativas destacava-se o *Editorial*, geralmente localizado no início de cada edição, responsável por contextualizar politicamente o momento histórico, explicitar os objetivos do número e apontar as principais pautas debatidas pelo coletivo.

Mantendo uma abordagem consistente em relação a temas vitais, a seção *Daqui e Dali* servia como um panorama das lutas das mulheres e dos eventos nacionais que as impactavam. Sua evolução mostra um aprofundamento das fontes, como a utilização de matérias de outros

jornais de imprensa alternativa e a publicação de artigos de jornalistas estrangeiras, demonstrando uma conexão com o cenário global.

O foco no universo do trabalho feminino era evidente nas seções *Trabalho, Trabalho, Trabalho e Trabalho-Salário*. Elas abordavam a desigualdade salarial, as condições de trabalho e os direitos trabalhistas, incluindo a maternidade e a relação entre gestação, casamento e emprego. A realidade das mulheres trabalhadoras, muitas vezes marginalizada em outros discursos, era o coração da seção *Nós Mulheres Operárias*. Em edições posteriores, o escopo foi ampliado para incluir a realidade das donas de casa, ressaltando que mesmo o lar era um espaço de trabalho invisível, como sugere o título "a rainha do lar não tem cetro nem coroa".

A seção *Cartas*, presente em quase todas as edições, funcionava como um canal de comunicação e permitia que as mulheres compartilhassem suas opiniões, críticas e experiências. Da mesma forma, a seção *Bate Papo* criava um espaço para discussões acessíveis e informais. A seção *Foto Criação* também promovia essa interação, convidando as leitoras a enviarem suas fotos do cotidiano e legendas para publicação.

Seções como *Nacional* conectavam as lutas femininas ao contexto político mais amplo do país e apresentava análises do impacto da ditadura militar na vida da população. O *Humor* era uma ferramenta de crítica, e a presença de cartuns do jornalista Henfil<sup>11</sup> mostrava o alinhamento do jornal com outras vozes da imprensa alternativa.

A abordagem temática pontual também era uma característica importante. A seção *Retalhos*, por exemplo, dedicou edições à saúde da mulher, enquanto a seção *Direitos da Mulher*, na quarta edição, forneceu informações jurídicas essenciais. A última edição destacou uma série de temas sociais e políticos urgentes, incluindo presos políticos, anistia e questões raciais, demonstrando que a luta feminina no jornal estava intrinsecamente ligada a outras lutas por justiça social.

Em especial, as matérias voltadas à sexualidade e à prostituição não apenas traziam esses temas à tona, como também tensionavam os próprios limites do feminismo da época, ao acolher vozes marginalizadas e questionar a moralidade dominante.

## REPRESENTAÇÃO DA SEXUALIDADE E PROSTITUIÇÃO: A VOZ DAS MULHERES

A análise das representações da sexualidade e da prostituição no jornal “Nós Mulheres” evidencia como esses temas constituem não apenas práticas sociais, mas também campos de

disputa simbólica sobre os corpos femininos. Para compreender como esses discursos são produzidos, regulados e contestados, é fundamental articulá-los às reflexões de gênero desenvolvidas por autoras como Margareth Rago e Mary Del Priore, bem como à noção foucaultiana de poder disciplinar e controle da sexualidade.

A prostituição é apresentada não como escolha individual, mas como consequência de desigualdades socioeconômicas e de um mercado de trabalho excludente. Em reportagem de 1976, lê-se: “A mulher não vira prostituta de uma hora para outra. Primeiro a gente luta, batalha, tenta alguma coisa melhor, mas cada vez as coisas se tornam mais difíceis. Quando a fome aperta, você perde o amor-próprio e a vergonha” (Nós Mulheres, 1976, p. 6).

O texto explicita que as prostitutas compõem “parte da massa marginalizada pela sociedade”, sendo que cerca de “80% vêm do campo” e muitas são “analfabetas ou semi-analfabetas” (ed. 2, p. 6). Depoimentos reforçam a precariedade laboral, como o de uma mulher que, ao tentar ser doméstica, enfrentou “humilhação” e “miséria” nos salários, enquanto outra relatou assédio ao buscar trabalho de secretária: “o patrão só queria me comer” (ed. 2, p. 6).

Rago (2000) destaca que a prostituição, historicamente, é atravessada por códigos de moralidade que marginalizam as mulheres, mas também revela estratégias de sobrevivência em contextos de pobreza. Neuber (1994) complementa que a prostituição contemporânea mantém vínculos com práticas de exploração econômica, mesmo em períodos de modernização.

A experiência do corpo feminino aparece em diferentes frentes no jornal. Em “O Parto” (ed. 3, p. 5), a narrativa de uma prostituta grávida revela a violência institucional sofrida no sistema de saúde: recusada em um pronto-socorro, a personagem dá à luz sozinha na rua, sob chuva, enquanto o filho “nascido doente encarnou meu castigo de filas, fomes, correrias, deboches e desemprego”. Essa realidade vivida e relatada exemplifica o que Foucault define como poder disciplinar, fundamentado na exclusão e na punição dos corpos considerados desviantes. A situação mostra como o corpo da mulher pobre e prostituta torna-se alvo de práticas de controle, negligência e violência institucional. Como afirma o autor, esse poder não se exerce apenas por proibições, mas pela administração dos corpos, pelo “governo da vida” (Foucault, 1976, p. 27).

Em “Menstruação: vamos falar nela?” (ed. 5, p. 4), questiona-se a naturalização de tabus: “mulher menstruada não tem boa mão para a comida” ou “estraga a massa do pão”. O

artigo denuncia a moral sexual que restringe o prazer feminino: a “sexualidade feminina sempre relegada ao esquecimento, só legitimada quando dessa relação nasce uma nova vida” (ed. 5, p.4). Essa crítica dialoga com Foucault, para quem a sexualidade é um campo de poder e controle social.

O jornal denuncia ainda a socialização desigual de meninos e meninas. No artigo “Menino pode, menina não” (ed. 5, p. 15), afirma-se que “todos esperam que o homem seja alguém na vida [...] enquanto da mulher se espera no máximo que seja uma boa filha, uma boa mãe e esposa”. A sexualidade masculina é “mostrada, aceita e até gratificada”, enquanto a feminina é “totalmente ignorada”, reforçando um modelo de menina “passiva e desvalorizada”. No mesmo sentido, Mary Del Priore discute como a sexualidade feminina foi moldada por expectativas sociais que impunham às mulheres a pureza, o recato e a maternidade como destino. Para a autora, “o feminismo denunciou a desigualdade, revelou-se contra as relações de gênero baseadas na dominação versus submissão e mostrou que ela não é natural, mas construída cultural e historicamente” (Del Priore, 2000, p. 16). Essa afirmação ajuda a compreender por que o “Nós Mulheres” critica a socialização desigual entre meninas e meninos. Essa educação patriarcal faz parte de uma estrutura de poder que molda subjetividades desde a infância, preparando as mulheres para aceitar papéis subordinados.

A contraceção, tema central nas edições 6 e 8, é celebrada como conquista, mas também criticada pela forma autoritária de implementação. A pílula anticoncepcional representou um “grande passo para a emancipação”, pois as mulheres podiam “controlar o seu corpo” (ed. 6, p. 12). Contudo, a distribuição massiva pela Bemfam sem exames médicos prévios gerava riscos graves, como “tromboflebite” e “embolia” (ed. 6, p. 12). O jornal denuncia a ausência de participação feminina nas decisões sobre políticas de saúde: “essas decisões são tomadas sem a menor consulta à principal interessada: a mulher” (ed. 8, p. 1). Segundo Priore (1997), o controle da fertilidade sempre foi disputado por instituições médicas, religiosas e estatais, configurando um campo de tensões entre emancipação e tutela.

Assim, ao abordar o corpo, a maternidade, a contraceção, o prazer e as violências cotidianas, o jornal articula uma crítica à maneira como o poder atua sobre a sexualidade das mulheres, revelando processos de sujeição e mecanismos de resistência. Mais do que denunciar, ele cria um espaço de construção de novos sentidos para a experiência feminina, exatamente como reivindicam os estudos de gênero. A centralidade da voz da mulher, especialmente da

mulher pobre, operária ou prostituta, subverte uma tradição histórica que, como destacam Del Priore e Rago, silenciou e afastou as mulheres dos debates sobre si mesmas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a analisar as representações da prostituição e da sexualidade feminina veiculadas no Jornal "Nós Mulheres", publicado em São Paulo entre 1976 e 1978. Buscou compreender de que maneira esse periódico da imprensa alternativa feminista articulou debates sobre o corpo feminino, desafiando normas sociais, morais e políticas próprias da ditadura militar. O estudo indagou como o jornal contribuiu para politizar questões historicamente marginalizadas, em especial aquelas relacionadas às mulheres pobres, operárias e prostitutas, cuja voz raramente encontrava espaço na mídia tradicional. A análise das oito edições do jornal, em diálogo com referenciais teóricos sobre gênero, sexualidade e prostituição, permitiu responder ao problema proposto e evidenciar o papel fundamental que a imprensa feminista desempenhou na construção de novas narrativas sobre as mulheres.

A leitura sistemática dos textos mostrou que o "Nós Mulheres" rompeu com a perspectiva moralizante predominante na sociedade brasileira ao tratar a prostituição não como desvio ou imoralidade, mas como consequência de desigualdades estruturais. Ao publicar depoimentos de mulheres marginalizadas como aquelas que afirmavam que a fome e a falta de emprego as empurravam para as ruas, o jornal deslocou o foco da culpa moral para a crítica social, o que reforça a leitura de Margareth Rago sobre a prostituição como fenômeno imerso em relações de poder, disciplina e vigilância. A ênfase na pobreza, no abandono institucional e na violência cotidiana revela a dimensão concreta do problema e demonstra que, para o coletivo responsável pelo jornal, a prostituição era antes uma questão social do que sexual ou moral.

Do mesmo modo, os debates sobre a sexualidade feminina evidenciam como o Jornal buscou desconstruir mitos e tabus que historicamente restringiram o exercício do prazer e da autonomia das mulheres. A crítica à educação diferenciada entre meninos e meninas que normaliza a liberdade sexual masculina e reprime a feminina dialoga com as reflexões de Mary Del Priore sobre o caráter construído das desigualdades de gênero. Ao problematizar frases corriqueiras, superstições e práticas sociais que interditavam o corpo feminino, o periódico aproximou leitoras do entendimento de que tais normas não são naturais, mas produzidas no

interior de uma sociedade patriarcal que visa controlar a sexualidade e o comportamento feminino.

A análise também demonstrou como o “Nós Mulheres” tensionou o poder disciplinar descrito por Michel Foucault, revelando que a sexualidade é um território de disputa política. Exemplos como a denúncia da imposição da pílula anticoncepcional sem acompanhamento médico ou o relato do parto negado à mulher prostituta ilustram como instituições como o Estado, a medicina e a igreja impunham controles sobre os corpos femininos, no intento de administrar sua sexualidade e reprodução. O jornal, ao expor esses mecanismos, produziu uma contranarrativa que não apenas denuncia injustiças, mas questiona o modo como o poder se infiltra no cotidiano, regula subjetividades e legitima desigualdades.

Nesse sentido, o jornal não operou apenas como veículo de denúncia, mas como instrumento pedagógico. Suas seções, relatos e matérias buscaram educar e politizar mulheres comuns, muitas delas leitoras trabalhadoras e periféricas. O uso de linguagem acessível, de exemplos do cotidiano e de espaços para cartas e depoimentos revela uma concepção de feminismo que não se limitava ao debate intelectual, mas que se construía coletivamente, a partir das vivências das próprias mulheres. Com isso, “Nós Mulheres” ajudou a articular um feminismo popular e diverso, sensível às desigualdades de classe e às múltiplas formas de opressão.

Assim, a pesquisa permite concluir que o “Nós Mulheres” desempenhou papel decisivo na formulação de um discurso feminista que rompeu com a invisibilidade imposta às mulheres no período da ditadura militar. O jornal não apenas desafiou normas sociais rígidas, expôs violências e problematizou tabus, como também deu voz a mulheres historicamente silenciadas e contribuiu para a construção de uma consciência coletiva sobre direitos, corpo e autonomia. Ao articular temas como prostituição, maternidade, prazer, contracepção e trabalho, o periódico consolidou-se como instrumento político de resistência e de transformação social.

Dessa forma, o objetivo que guiou esta pesquisa de compreender como o jornal articulou debates sobre sexualidade e prostituição, desafiando os valores vigentes como forma de resistência e contribuição para politizar os corpos femininos foi alcançado. A síntese produzida mostra que o “Nós Mulheres” foi além de informar: ele construiu saberes feministas, elaborou críticas profundas ao patriarcado e participou, de modo ativo, da luta por direitos e da redefinição da experiência feminina no Brasil dos anos 1970. Conclui-se que sua importância ultrapassa o contexto histórico em que foi produzido, permanecendo como referência para

compreender a relação entre imprensa alternativa, gênero e resistência política.

## REFERÊNCIAS

### *Fontes*

NÓS MULHERES. **Nós Mulheres**. São Paulo: Associação de Mulheres, 1976-1978. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/nosmulheres/> Acesso em: 20 mar. 2025.

Edição 1, junho de 1976.

Edição 2, setembro e outubro de 1976.

Edição 3, novembro e dezembro de 1976.

Edição 4, março e abril de 1977.

Edição 5, maio e junho de 1977.

Edição 6, julho e agosto de 1977.

Edição 7, março de 1978.

Edição 8, junho e julho de 1978.

### *Bibliografia*

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASSERMANN, L. **História da Prostituição: uma interpretação cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BORGES, Isabel. **Imprensa feminista: as ideias e os movimentos nos jornais *Brasil Mulher, Mulherio e Nós Mulheres* (1975–1990)** São Paulo: Alameda, 2015.

ECA-USP. **Ruth Escobar: entre a arte e a política**. Escola de Comunicações e Artes São Paulo: USP, 2017. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/noticias/ruth-escobar>. Acesso em: 20 maio 2025.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

FREITAS, Mariana. **Imprensa feminista e resistência na ditadura militar**. São Paulo:

Alameda, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE. **Séries históricas e estatísticas: Indicadores sociais e econômicos do Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

IPEA. **Salário-Mínimo – Valores nominais mensais (1940-2020)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2025.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, Eliane Lúcia; MARTINS, João Ricardo; PERES, José Guilherme. História da sexualidade feminina no Brasil: entre tabus, mitos e verdades. **Revista Ártemis**, [s.l.], v. 26, n. 1, p. 303–314, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2018v26n1.37320>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/37320>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MARTINS, Marina Solon Fernandes Torres; NUNES, Márcia Vidal. A imprensa alternativa e o movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil: a relevância do jornal *Nós Mulheres*. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 12., 2019, Natal. **Anais [...]**. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/48944/1/2019\\_eve\\_msfrmartins.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/48944/1/2019_eve_msfrmartins.pdf). Acesso em: 31 mar. 2025.

MARTINS, Marina Solon Fernandes Torres; NUNES, Márcia Vidal. A imprensa alternativa como aliada ao movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil: uma análise no jornal *Nós Mulheres*. **Revista Latino-Americana de Jornalismo – Âncora**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 493–510, jan./jun. 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52931/1/2020\\_art\\_mstmartins.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52931/1/2020_art_mstmartins.pdf). Acesso em: 31 mar. 2025.

NEUBER, B. L. M. A Prostituição de Ontem e Hoje. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 5, n. 2, 1994. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v5i2.811> Acesso em: 27 de mar. 2025.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15–23, jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 27 mar. 2025.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2000.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 2018.

---

<sup>1</sup> Henrique de Sousa Filho, mais conhecido como Henfil, foi desenhista, jornalista e escritor. Ficou célebre por desenhos com forte teor político-social. Foi um dos grandes representantes da resistência à ditadura e colaborou com o semanário *O Pasquim*, um dos ícones do combate ao regime militar por meio da sátira e do humor.